

**DOURADO METÁFORA DE UM GRUPO:
UM ESTUDO SOBRE O CÔMICO E O AMBÍGUO NA
FALA DE UMA COMUNIDADE MINEIRA**

Ormezinda Maria Ribeiro

RESUMO

Apresentamos uma pesquisa sobre um grupo de falantes do município mineiro de Patrocínio e egressos dessa região. O aspecto cômico provocado pela ambigüidade nas construções desse grupo é determinado pela relação metafórica e metonímica e pelos efeitos da projeção de imagens, localizando a metáfora no modo de conceptualizar um domínio mental em termos de outro. Constitui-se em uma investigação de variação lingüística com abordagem da Teoria dos Espaços Mentais, de Fauconnier (1998) e os mapeamentos metafóricos de Lakoff e Johnson (2002).

Palavras-chave: Metáfora, Ambigüidade.

ABSTRACT

We present a research about a group of speakers in the city of Patrocínio, state of Minas Gerais, Brazil. The comic aspect brought by the ambiguity in the constructions produced by this group is determined, in most cases, by the metaphoric and metonymic relation and by the effects of image projection, locating metaphor in the way of conceptualizing a mental domain in terms of another. This work, thus, constitutes an investigation of a linguistic variety based on Fauconnier's Mental Space Theory (1998) approach, and Lakoff and Johnson (2002) metaphoric mappings.

Keywords: Metaphor, Ambiguity.

Introdução

Este trabalho apresenta uma investigação de variação lingüística que, passando pela abordagem da Teoria dos Espaços Mentais, de Fauconnier (1998), caracteriza-se como um estudo nos campos da Lingüística Cognitiva e tem uma relação com o quadro da Sociolingüística e da Antropologia Lingüística. Nessa medida, trata da análise de um grupo de falantes de uma região rural de Patrocínio, MG, e egressos dessa região, residentes nessa cidade.

O modelo dos “espaços mentais” proposto por Fauconnier (1998) e os mapeamentos metafóricos de Lakoff e Johnson (2002) constituem nosso aporte teórico para tentar explicar os processos cognitivos que se estabelecem na mente dos falantes da comunidade pesquisada, quando se envolvem em um evento de fala.

Assim, reportar-nos-emos aos pressupostos teóricos da Lingüística Cognitiva com foco na teoria de Lakoff e Johnson (2002), Fauconnier e Sweetser (1996), Fauconnier e Turner (1996) e Fauconnier (1998).

A teoria dos Espaços Mentais, defendida por esses autores, explicita que a construção de domínios cognitivos ou Espaços Mentais se dá a partir de expressões lingüísticas apropriadas, que pressupõem operações sintáticas e semânticas necessárias à construção de sentido. A cada novo espaço mental, uma nova referência é construída, com a instalação de um enunciador, num determinado tempo e lugar e isso é marcado por mecanismos lingüísticos, aos quais Fauconnier chama de construtores de Espaço (*space builders*), que são formas lingüísticas ativadoras do processo de referenciação.

Propomo-nos a analisar as expressões lingüísticas desse grupo de falantes, considerando esses mecanismos lingüísticos, e partindo da hipótese de que o aspecto cômico provocado pela ambigüidade nas construções realizadas pelo grupo pesquisado é determinado, na maioria dos casos, pela relação metafórica e metonímica e pelos efeitos da projeção de imagens, ou seja, localizando a metáfora no modo de conceptualizar um domínio mental em termos de outro.

Admitimos, neste estudo, que a teoria das metáforas não pode separar o cognitivo do social, assumindo que toda e qualquer consideração teórica que procure propor uma abordagem puramente cognitiva, ou puramente sócio-cultural não conseguirá fornecer uma visão satisfatória da linguagem, razão pela qual, antes das análises, dedicamos um tempo à pesquisa histórica e antropológica, com a intenção de apresentar o grupo em seu contexto histórico-social.

Essas considerações se fazem necessárias, pois nos remetem à necessidade imperiosa de pesquisarmos a língua em uso, e mostrar que a interação entre o cognitivo e o social nos permite efetivamente abordar a linguagem sob uma ótica que nos revele toda a sua riqueza de formulações sócio-históricas, sem, contudo, perdemos o foco da análise lingüística.

Assim, estamos levando em consideração, neste estudo, três aspectos imprescindíveis: os recursos lingüísticos e cognitivos dos falantes/ouvintes, a contextualização dos enunciados analisados e os resultados das projeções realizadas pela comunidade lingüística pesquisada.

1. Retratos do Grupo

Em Ferreira (1999, p. 706), a palavra dourado figura como:

(adj.) 1 da cor do ouro; 2 Revestido de camada ou folha de ouro; 3 enfeitado ou bordado a ouro; 4 feliz, alegre, despreocupado; (s.m.) 5 douradura; 6 a cor dourada; peixe actinopterigeo, cacaciforme, caracídeo (*Salminus brevidens* do Rio São Francisco, *S. maxilosus* da bacia do Paraná), carnívoros, de grande porte, de coloração dourada endente ao vermelho, muito apreciado para pesca esportiva e cuja carne e de primeira qualidade, alcança 1 m de comprimento e 20 kg de peso.

Todavia, no linguajar da região de Patrocínio, “dourado” tem outra conotação. Designa, em termos gerais, as pessoas oriundas da região rural próxima ao Rio Dourados e, por extensão metonímica, todas as pessoas que gostam de pão doce, ou ainda as que possuem traços físicos característicos daquele grupo, quais sejam, pele muito clara, olhos bem azuis, cabelos extremamente loiros e finos e um falar característico.

O grupo pesquisado, chamado popularmente de “Dourados”, é composto por pessoas de tez clara, olhos verdes ou azuis, compleição física pequena e cabelos geralmente loiros, o que faz com que pessoas de outras comunidades associem o nome “dourado” ao tipo físico predominante no grupo. Como é comum a prática de casamentos endogâmicos, o fenótipo dos membros do grupo não varia muito.

O grupo, em sua maioria, reside na cidade de Patrocínio, em maior concentração nos bairros próximos à região rural de onde vieram: a região do Rio Dourados, a poucos quilômetros da zona urbana. Contudo, vários membros do grupo residem na zona rural e só se deslocam até a cidade para atividades comerciais ou para participar de eventos sociais e muitos deles, mesmo residindo na cidade, possuem propriedades rurais na região de origem.

Registramos as falas de homens e mulheres de faixas etárias definidas previamente de modo a contemplar o linguajar de pessoas residentes tanto na zona rural, quanto daquelas que residem na zona urbana.

Eles são geralmente identificados pelos traços físicos característicos, pelos sobrenomes comuns, além do aspecto peculiar da linguagem tanto no nível fonológico, quanto lexical e sintático. O aspecto lingüístico, quase sempre alvo de brincadeiras dos demais grupos, paradoxalmente, os une e os separa, conforme tivemos a oportunidade de constatar pelas conversas informais e entrevistas com seus representantes e confirmar com aqueles que convivem com o grupo. Devido às troças que são feitas com relação ao falar característico do grupo, muitos, embora oriundos daquela região rural, não gostam de ser identificados como seus membros.

2. Sobre metáforas

Tradicionalmente, a metáfora tem sido conceitualizada com uma figura de palavra em que um termo substitui o outro, em vista de uma relação de semelhança entre os elementos que esses termos designam.

Em uma tradução literal do vocábulo, teremos: *Metaphorá* (metáfora), do grego, META = trans + PHÉREIN, o que equivale a levar, ou seja: uma mudança do sentido próprio para o figurado.

Aristóteles, (1959, p.62), definiu a *metaphora* como um conjunto genérico-analógico, um cruzamento de figuras, de mudança de sentido. Para esse filósofo, a metáfora é uma transferência de um nome estranho, estrangeiro (*altrios*) de uma coisa para outra, transferência do gênero, da espécie para a espécie e por fim pela relação de analogia.

O texto literário, cheio de imagens por natureza, provoca o “ar estrangeiro” a que se refere Aristóteles. Esse efeito inesperado é provocado pela relação poética entre elementos conhecidos e desconhecidos.

Atualmente, a metáfora deixou de ser considerada um simples “adorno” para o texto, como acontecia no passado, e não é mais vista tão somente como uma mera figura de estilo, mas considerada como elemento indispensável para a constante revitalização da linguagem humana, num processo de enriquecimento e transformação da língua. Ela faz parte da vida diária, na linguagem, no pensamento e na ação. As metáforas são reveladoras de elementos ocultos que apenas o inconsciente pode perceber e utilizar. Elas comunicam indiretamente, num processo de linguagem que consiste em fazer uma substituição analógica.

Esse entendimento da metáfora como uma operação cognitiva fundamental, constitutiva da linguagem e do pensamento, pode ser atribuído a Lakoff & Johnson (2002). Esses autores, ao romperem com a visão tradicional da metáfora, na qual ela é considerada simples figura de linguagem, sem valor cognitivo, devendo ser apenas reconhecida e classificada, enfatizaram a sua interpretação, por envolver o desenvolvimento do raciocínio analógico e a capacidade interpretativa do interlocutor.

Assim, a seguir, reportar-nos-emos à teoria de Lakoff e Johnson (2002), considerando o tratamento dado ao estudo da metáfora. Esses autores constataram que a maioria das concepções filosóficas tradicionais atribuía à metáfora um diminuto papel, colocando-a num plano periférico para a compreensão do mundo e do modo de expressar sobre esse mundo, além do fato de terem encontrado uma evidência lingüística de que a metáfora desempenha um papel essencial na linguagem cotidiana e no pensamento.

3. A Teoria de Lakoff & Johnson

Se, como diz Bachelard (1984, p. 245), “a metáfora vem dar um corpo concreto a uma impressão difícil de exprimir, a metáfora é relativa a um ser psíquico diferente dela”, o sentido de um enunciado metafórico é suscitado pelo fracasso da interpretação literal do enunciado. E, diferentemente do que imagina a maioria das pessoas, a metáfora não é apenas um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico. Mais do que uma questão de linguagem extraordinária, a metáfora é uma questão da linguagem ordinária, asseguram-nos Lakoff e Johnson (2002, p. 45). Ela está infiltrada no nosso cotidiano não somente na linguagem, mas no pensamento e na ação, embora a maioria das pessoas entenda que pode viver sem ela. Nosso sistema conceptual ordinário é fundamentalmente metafórico, garantem esses dois autores, para quem os conceitos que governam nosso pensamento não são meras questões do intelecto. Lakoff e Johnson (2002, p. 45, 46) defendem a tese de que esses conceitos governam também a nossa atividade cotidiana até mesmo nos detalhes mais corriqueiros e definem o modo como nos comportamos no mundo e como nos relacionamos com os outros.

Todavia, nosso sistema conceptual não é algo do qual temos consciência normalmente, uma vez que, nos pequenos atos do cotidiano, pensamos e agimos mais ou menos de forma automatizada. Um dos meios de descobrir nossas linhas de conduta, desautomatizando-a, é considerar a linguagem, já que a comunicação é baseada no mesmo sistema conceptual que usamos para pensar e para agir. Portanto, asseveram Lakoff e Johnson (2002, p. 46), a linguagem “é uma fonte de evidência importante de como é esse sistema”.

Lakoff e Johnson (2002, p. 46, 47), ao desenvolverem a tese de que as metáforas sustentam nossa forma de pensar e agir no e sobre o mundo, e de que elas também influenciam nossa vida, apóiam-se no conceito de discussão e na metáfora conceptual: “discussão é guerra”. Assim, comprovam que os conceitos formulados no cotidiano empregando-se as metáforas não são de forma alguma transcendentais ou racionais, todavia surgem de nossas experiências corporais com o meio em que vivemos.

Lakoff e Johnson desconstroem o dualismo cartesiano entre corpo e mente e o famoso adágio de Heideger, lembrado por Ricouer (2002, p. 433): “o metafórico só existe no interior da metafísica”.

Assim como Fauconnier (1998, p. 2), Lakoff e Johnson afirmam que a mente é inerentemente corporificada, que o pensamento é essencialmente inconsciente e que os conceitos abstratos são basicamente metafóricos. Três dos principais pilares da ciência cognitiva, fundada nos anos 70, antagônicos, a priori, às bases da filosofia ocidental.

Ao contrário do que apresenta a tradição platônico-aristotélica, as metáforas, do ponto de vista das ciências cognitivas, não são figuras de natureza retórica ou poética, mas um recurso do pensamento, que não pode ser manifesto a não ser pelo concurso dos signos, já dizia Saussure (1979).

Há, portanto, uma relação mútua entre língua e pensamento, posto que o pensamento, para se materializar, não pode dispensar a língua. Não há como pensar sem palavras, pois as palavras não são puramente a tradução de um pensamento já constituído, mas a sua própria condição de realização.

Para toda atividade autônoma do espírito, uma autonomia verbal se faz acompanhar. E é a linguagem que estende o poder do pensamento, conferindo-lhe uma mobilidade e uma generalidade que ele não poderia atingir por si mesmo.

O pensamento, assim como a linguagem, é essencialmente simbólico e é essa identidade de natureza que permite ao homem exprimir-se e comunicar-se com seus semelhantes. A língua é uma instituição social a que todo indivíduo pertencente a uma mesma comunidade se submete para se fazer entender. Assim, para que seu pensamento seja conhecido por outros, ele é levado a moldá-lo na forma já convencionalizada por uma mentalidade coletiva.

Para Aristóteles (1959, p. 42), a metáfora é uma “criação lingüística”, pois a língua não é apenas veículo comum, ela é também um meio de despertar emoções e de fazê-las surgir nos outros. A linguagem metafórica é, sem dúvida, uma das principais estratégias expressivas disponíveis na língua.

Nesses termos, as metáforas lingüísticas constituem manifestações verbais de metáforas conceituais, pois um mesmo conceito metafórico pode ser expresso por meio de diferentes enunciados lingüísticos, conforme a escolha lingüística do enunciador. Isso implica dizer que a metáfora é uma expressão do pensamento, e sua representação lingüística é uma manifestação dessa expressão do pensamento nas formas da língua.

Para Lakoff e Johnson (2002, p. 323-327), a visão equivocada da metáfora como simples ornamento, como figura de linguagem, ou retórica sem função informativa, pode ser explicada pelo que eles denominam mito do objetivismo, que abrangeria todas as correntes da filosofia ocidental na qual houve a hegemonia da razão, além do medo do sentimento e da imaginação.

Na tradição objetivista, afirmam Lakoff e Johnson (2002, p. 324), a metáfora “é vista como apenas marginalmente relevante para uma explicação da verdade”.

Todavia, esses autores garantem que a metáfora está presente, não só em nossa linguagem, mas em nosso sistema conceptual, sendo um dos mecanismos mais básicos para a compreendermos nossa experiência, o que não combina com a visão objetivista pela qual a metáfora é de interesse apenas periférico na explicação do sentido e da verdade, desempenhando apenas um papel marginal na compreensão. Para Lakoff e Johnson, a metáfora pode criar sentidos novos, criar similaridades e, assim, definir uma nova realidade.

Baseando-se, principalmente, na evidência lingüística, esses autores constataram que a maior parte de nosso sistema conceptual ordinário é de natureza metafórica.

Assim, buscando explorar o caráter cognitivo metafórico que envolve a linguagem cotidiana e rege nossa fala, pensamento e ações; e que são, na verdade, conceitos metafóricos que se manifestam de diferentes maneiras na língua, descreveram as metáforas da linguagem cotidiana e preocuparam-se em explicar o aspecto cognitivo da metáfora.

Para Lakoff e Johnson (2002, p. 45-48), a percepção humana é construída com base nos conceitos, nas ações e nas relações com outras pessoas, apesar de agirmos e pensarmos mais ou menos automaticamente.

A grande contribuição de Lakoff e Johnson reside no fato de derrubarem uma série de dicotomias objetivistas, quando enfatizaram em seus estudos que a grande parte dos enunciados do cotidiano são metafóricos e que a metáfora é a regra, não a exceção, levando a desestabilização do conceito de que a linguagem figurada é um desvio da linguagem usual. Essa abordagem desestabiliza também a concepção de que ciência se faz com a linguagem literal e poesia, ou literatura, com a linguagem metafórica. O que se estabelece é a idéia de que essa figura se encontra presente em todos os tipos de linguagem como algo central e não periférico, quer no discurso da ciência, do cotidiano ou literário.

Também Fauconnier (1998, p. 3, 4) afirma que a razão surge da natureza de nossos cérebros, corpos e de nossa experiência e revoga o que a tradição filosófica tem sustentado. A razão não é, pois, uma forma transcendente de nosso corpo, mas moldada pela peculiaridades de nossos corpos e pelo nosso modo de viver e de sentir o mundo. Ela não é parte da estrutura do universo, mas uma capacidade compartilhada universalmente por todos os seres humanos. Ela não é imparcial, mas emocionalmente comprometida.

Assim, considerando que a razão é moldada pelo corpo, ela não é radicalmente isenta, porque os possíveis sistemas conceptuais humanos a limitam. Fauconnier (1998, p. 5) assegura que a mente não somente é corporificada como corporificou nosso sistema conceitual que se utiliza de nossos corpos e dos ambientes nos quais vivemos de tal forma que o sistema conceitual de uma pessoa torna-se universal, ou difundido pelo idioma e pela cultura. O pensamento não está expulso do corpo.

A estrutura neurológica de nossos cérebros produz sistemas conceituais e estruturas lingüísticas que não podem ser consideradas somente por sistemas formais que manipulam símbolos.

Para Lakoff e Johnson (2002), metáforas não ligam apenas sistemas conceituais, ao serem processadas, mas, de uma forma inerentemente básica, constroem, motivam e restringem tais sistemas conceituais.

A palavra “metáfora” pode ser entendida, no sistema conceptual, como uma projeção (no sentido matemático do termo) entre um domínio de origem, que serve como ponto de referência e onde se buscam conceitos, definições e terminologia, e um domínio alvo, explorado e expresso com os elementos fornecidos pelo domínio de origem.

As metáforas são projeções entre domínios conceptuais, provenientes do processamento cognitivo chamado Espaços Mentais, que surgem quando falamos ou pensamos, produzidos como funções da expressão lingüística que os suscitam e do contexto que se configuram. São, portanto, dinâmicos.

Nos espaços mentais, os sentidos são pré-organizados na mente e, quando ativados, podem projetar padrões de inferência do domínio de origem em padrões de inferência no domínio alvo.

Essas projeções não são arbitrárias, mas assentam no corpo e na experiência e conhecimento cotidianos. O nosso sistema metafórico é fundamental para a nossa compreensão da experiência e para o modo de agirmos com essa compreensão. A metáfora é essencialmente baseada em correspondências com as nossas experiências, mais do que na similaridade. O sistema metafórico desempenha um papel importante tanto na gramática como no léxico duma língua e é constante, ainda que de forma inconsciente. Assim, podemos compreender que o modo pelo qual o falante recebe e encara a realidade depende da própria língua, ou seja, entre a visão do mundo e a linguagem existe uma relação de interdependência.

As projeções metafóricas variam em universalidade. Algumas parecem ser universais, outras estão muito difundidas, ou constitutivas de determinada cultura, podendo ser consideradas um fenômeno central na linguagem e no pensamento e não apenas uma figura de estilo, sendo presente em todos os tipos de linguagem, na cotidiana e científica e não apenas na linguagem poética.

Todavia, conforme garantem Lakoff e Johnson (2002), na maior parte dos casos, a metáfora poética é uma extensão do nosso sistema convencional de pensamento metafórico cotidiano.

4. Sobre Metonímias

Assim como a metáfora, tradicionalmente, também a metonímia tem sido considerada como “figura de palavra”, apenas mecanismo retórico de ornamentação, típicos da linguagem literária. Contudo, essa figura não é exclusividade da linguagem poética, nem tão somente reforço para a argumentação e a retórica. Assim como ilustra a epígrafe extraída do filme “O carteiro e o poeta”, Lakoff e Johnson (2002, p. 48) garantem que a linguagem cotidiana também está repleta de expressões metonímicas. Segundo esses autores, tanto metáfora como metonímia são instrumentos cognitivos, o que, para a Lingüística Cognitiva, constituem fenômenos verdadeiramente conceituais.

A diferença entre metáfora e metonímia, com efeito, não é uma diferença de operação, como entre semelhança e relação extrínseca, afirma Ricoeur (2002, p. 255). Na metonímia, um termo substitui outro não porque a nossa sensibilidade estabeleça uma relação de semelhança entre os elementos que esses termos designam, mas pela relação de proximidade, de vizinhança entre um termo e outro. Essa relação não é inquestionável, mas pode ser verificada na realidade externa ao sujeito que estabelece tal relação.

Ao compararem metáfora e metonímia, Lakoff e Johnson (2002, p. 92, 93) afirmam que são processos de natureza diferente: a metáfora é principalmente um modo de conceber uma coisa em

termos de outra, e sua função primordial é a compreensão. A metonímia, por outro lado, tem principalmente uma função referencial, isto é, permite-nos usar uma entidade para representar outra. Mas metonímia não é meramente um recurso referencial. Ela também tem a função de propiciar o entendimento.

Enquanto a metáfora envolve domínios cognitivos diferentes, relativos à experiência, como uma projeção da estrutura de um domínio-origem numa estrutura correspondente a um domínio-alvo, a metonímia fica circunscrita a um mesmo domínio, afirmam Lakoff e Johnson (2002).

Para demonstrarem que as metáforas não são meras extensões, ou transferências semânticas de uma categoria para outra de domínio diferente, mas envolvem uma analogia entre a estrutura interna de dois domínios da experiência, Lakoff e Johnson (2002, p. 46) servem-se do exemplo “Discussão é guerra”. Por meio dessa metáfora, esses autores afirmam que a conceitualização de categorias abstratas se fundamenta na nossa experiência cotidiana.

Mesmo que não tenhamos uma experiência pessoal de guerra, mas imagens mentais sobre essa situação provocada entre homens, e, por extensão, entre povos e nações, conceitualizamos uma discussão pela metáfora da guerra. Assim, entre os dois domínios são estabelecidas analogias estruturais, quais sejam: há uma correspondência entre os participantes de uma guerra e os participantes de uma discussão, as opiniões divergentes correspondem às diferentes posições dos adversários na guerra, manter uma opinião corresponde a defender-se e fazer objeções corresponde a atacar, enquanto abster-se de opinar, ou retirar a palavra, corresponde à rendição.

A metáfora se baseia na semelhança. A sinédoque e metonímia se baseiam na contigüidade, não na semelhança. Há autores que não distinguem sinédoque de metonímia, embora alguns afirmem que a diferença entre as duas reside em que a metonímia estabelece uma relação geral de causa e efeito e a sinédoque uma relação geral do todo com a parte. Na metonímia haveria uma dependência externa, uma correspondência causal. Na sinédoque uma dependência interna, inclusão, conexão.

Lakoff e Johnson (2002, p. 93) asseveram que a metonímia tem, pelo menos em parte, o mesmo emprego que a metáfora, no entanto ela permite que focalizemos mais especificamente certos aspectos da entidade a que estamos nos referindo e, assim como a metáfora, faz parte do nosso cotidiano, pois estão intrinsecamente ligadas ao nosso agir e pensar no dia-a-dia. Lakoff e Johnson (2002, p. 97) garantem que os conceitos metonímicos são responsáveis não só pela estruturação de nossa linguagem, mas também organizam nossos pensamentos, atitudes e ações e estão intimamente entrelaçados às nossas experiências.

Para Lakoff e Johnson (2002, p. 97) os conceitos metonímicos se baseiam em relações de contigüidade e nos permitem conceitualizar uma coisa por sua relação com outra. Assim como a metáfora, esses conceitos estruturam não só a nossa linguagem, mas também nossos pensamentos, atitudes e ações e baseiam-se em nossa experiência.

5. Sobre histórias e parábolas

Conforme sugere Turner (1996) em sua obra *The literary mind*, nós interpretamos todo nível de nossa experiência por meio de parábolas, entendendo a parábola como a projeção de história, não da forma convencional como é empregada na literatura, mas para destacar que a mente cotidiana é essencialmente literária.

A essência da parábola, na concepção de Turner (1996, p. 5), é a combinação de história com projeção: uma história é projetada sobre outra, um princípio cognitivo básico. A maioria de nossa experiência, nosso conhecimento e nosso pensamento é organizada por histórias. O âmbito mental de história pela projeção, em nosso cotidiano ajuda a fazer relações de sentido.

Para Turner (1996, p. 12), é próprio do homem criar histórias e, pelas histórias, nós imaginamos realidades e construímos significados. A mente cotidiana executa esses feitos por meio de processos mentais que são considerados processos literários.

A mente humana sempre está em trabalho constante, construindo histórias pequenas e as projetando, tornando a vida cotidiana possível, pois são a raiz do pensamento humano, assegura Turner (1996, p. 12). As histórias são tão essenciais à vida, que nosso domínio delas se mostra quase completamente inconsciente, de um ponto de vista biológico; mas se manifesta no cotidiano como um mecanismo tão consciente que não nos apercebemos de sua inevitável essencialidade. Quando nos apoiamos em outras histórias, quando contamos e repassamos histórias, e quando empregamos pequenas histórias em nosso dia-a-dia, para dar forma e sentido ao nosso pensamento, às nossas concepções de mundo, nós distinguimos objetos de eventos, objetos de outros objetos, e eventos de outros eventos. Desse modo, estamos fazendo nossas projeções e realimentando nosso cotidiano com uma linguagem que não nasce de nosso pensamento abstrato e singular, mas que vem de uma história geral: a existência humana, guardada em nosso inconsciente e projetada por outras histórias. É a história de como nós usamos história, a parábola para pensar, que nos acompanha desde a história geral da humanidade, projetada em nossas pequenas histórias do cotidiano, ao nível de histórias do cotidiano.

Toda a realidade humana é simbólica e esses símbolos que usamos para dar nomes às coisas do “mundo” nos cercam e nos envolvem como um cenário perceptível por meio de alguns, muitos ou mesmo uma infinidade de sinais, que são traduzidos por nossas metáforas, nossas formas conceituais de apreensão dos sentidos.

Assim, ao apresentarmos uma história, projetamos outra história, com a principal intenção de dar a entender uma possível mensagem. Essa projeção de uma história sobre outra pode parecer didatizadora, mas se constitui de esquemas, que se organizam e, num processo de deslocamento, a parábola combina história e projeção convenientemente, como um laboratório onde são condensadas grandes coisas em um espaço pequeno. Assim, entender uma parábola é acionar uma série de dados armazenados que são ativados inicialmente com imagem narrativa até a compreensão de um complexo de objetos, eventos e atores que remontam ao nosso conhecimento de história.

Combina história, então, com projeção: uma história é projetada sobre outro. A essência de parábola é, portanto, a combinação de duas de nossas formas básicas de conhecimento -projeção e história- que produzem um de nossos processos mentais mais agudos porque significam construir outra história, atualizada, dada a natureza de nossos sistemas conceituais.

6. A opção teórica

A Teoria dos Espaços Mentais de Fauconnier (1998) pareceu-nos bastante lúcida e inovadora para emprendermos esta análise, uma vez que reconhece que as ferramentas da lógica formal assumidas pelas teorias tradicionais não dão conta da sistematização necessária ao trabalho de análise do

idioma natural. A teoria, defendida por Fauconnier, inova no sentido de separar as estruturas referentes, dentro de uma semântica cognitiva, indicada nos espaços mentais que funcionam como conectores capazes de estabelecer o elo de sentido entre o que se diz e o que se tem em mente, não realizado pela enunciação e passível de mais de uma leitura.

Na perspectiva teórica defendida por Fauconnier (1998), Turner (1996) e Fauconnier e Sweetser (1996), os significados são entendidos como construções mentais processados a partir de instruções fornecidas pelos sinais lingüísticos – as formas da língua. Entendendo os diferentes níveis de estruturação da gramática como partes integrantes do conhecimento que os sujeitos têm arquivado na mente, partimos do pressuposto de que as formas lingüísticas não são portadoras de significados, mas orientadoras para a construção de significações em domínios mentais.

Ainda, tomando como guia os estudos de Lakoff e Johnson (2002), que realizaram uma ampla análise de enunciados da linguagem cotidiana com a descoberta de que a nossa linguagem revela um imenso sistema conceitual metafórico, que rege nosso pensamento e nossa ação, realizaremos nossas análises, alicerçadas também no trabalho de Turner “The literary mind”, (1996). Esse trabalho apresenta a concepção da parábola como um princípio cognitivo básico e, como a maioria de nossa experiência, nosso conhecimento e nosso pensamento são organizados por histórias, subsidiando nossas análises situando a projeção e a intermediação pela linguagem de forma a construir as relações de sentido.

Vejamos uma expressão do grupo:

Aquela égua que tava amarrada no pau do Polidório era eu.

Há nessa expressão uma ambigüidade que, em princípio, causa estranheza, comicidade e uma possível interpretação maliciosa, se considerarmos a polissemia do vocábulo “pau” no sentido listado por Preti (1984), associado à concepção vulgar de égua e os sentidos gerados numa primeira interpretação, sem considerar o contexto e a relação entre os interlocutores.

Num primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação, podemos aduzir a intenção do falante: comunicar ao seu interlocutor a sua presença em um local notadamente conhecido na comunidade. Nesse episódio, a referência ao animal pertencente ao enunciador estabeleceria a relação de propriedade/presença do proprietário, o que poderia ser caracterizado como uma relação metonímica e não metafórica, considerando que o enunciador não estaria atribuindo a si próprio, características do animal a ele pertencente, mas apontando uma referência ao seu interlocutor, para propiciar a compreensão da mensagem.

Num segundo nível de interpretação- o nível literal- a égua seria interpretada como sendo o enunciador, o que, apesar do efeito cômico, em princípio considerado nessa fala, seria logo descartado, entendendo que nenhuma comunidade lingüística interpretaria, desse modo, essa expressão.

Um terceiro nível- o metafórico- poderia ser explorado, tendo em vista o efeito de sentido alternativo atribuído pelo falante, donde pode se considerar a metarregra de relação proposta por Charolles, lembrada por Abreu (2004, p. 43): “em um texto coerente, seu conteúdo deve estar adequado a um estado de coisas no mundo real ou em mundo possíveis”. Nesse caso, empregando a metarregra de relação há que se chegar à seguinte análise: a relação do animal com seu dono é tomada como relação de referência num mundo real em que a presença da égua, determina a presença do proprietário. A presença da égua no local apontado, nesse sentido, é uma metonímia que sinaliza

a presença do seu condutor, daquele que se estaria servindo dela para estar ali naquele momento. Portanto, um sentido alternativo e possível no mundo real.

Assim, teremos o seguinte esquema para representarmos essa enunciação:



No domínio de origem tem-se égua como referente para a projeção do domínio alvo “eu”, assim, um *blending* é criado levando à interpretação de que na relação entre o animal possuído/ presença do possuidor há uma metonímia em que uma entidade está sendo usada para se referir à outra, provocando uma interpretação possível em nosso sistema conceptual.

De igual modo a relação Polidório/Padaria também pode ser estabelecida nesses termos:



No domínio de origem, tem-se Polidório como referente para padaria, numa relação metonímica inversa à relação do esquema anterior: Polidório é o proprietário da padaria, diante da qual estaria amarrada a égua do enunciador. O pau a que se refere o enunciador estaria localizado do lado de fora da padaria de propriedade do Sr Polidório. Assim, o proprietário empresta o nome à propriedade, lugar de referência para os interlocutores desse evento de fala.

Esses espaços que constituem uma rede e se desenvolvem à medida que pensamento e fala progridem, de modo a possibilitar que as informações importadas de diversos domínios cognitivos, ou da própria situação comunicativa, sejam interpretadas como coerentes e significativas numa dada comunidade lingüística.

Assim, o foco deste trabalho está na linguagem como um conjunto de recursos simbólicos que entra na constituição do sistema social e na representação individual de mundos reais ou possíveis, organizados mentalmente e projetados à medida que a situação de fala exige.

Se aceitarmos que construímos significados a partir de instruções fornecidas pelas formas lingüísticas, as análises que apresentamos, sob a perspectiva sócio-cognitiva, tendo como referência a teoria dos espaços mentais, podem efetivamente mostrar que a função das construções lingüísticas é guiar ou operacionalizar esse “saber” e que a exploração dos fenômenos biológicos, mentais, sócio-histórico-culturais, ligados à língua só tem a acrescentar ao trabalho realizado pelos lingüistas, sem deixar de considerar e respeitar a organicidade e metodologia consagrada dos chamados níveis de análise lingüística, conforme orienta Abreu (2003, p. 18).

Valemo-nos aqui também do processo metonímico para concluir que as construções lingüísticas tradicionalmente rotuladas como figuras de linguagem são apenas a ponta do *iceberg* de um fenômeno muito mais amplo no nível da linguagem e da cognição humana, conforme enfatiza Fauconnier (1998). Nessa perspectiva, entender melhor as metáforas equivale a compreender um pouco mais a respeito do intrincado e misterioso terreno que é o funcionamento da mente humana.

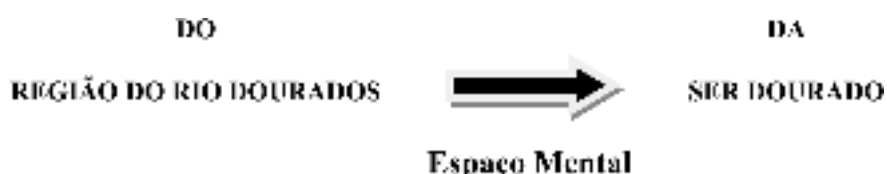
Desse modo, essas projeções metafóricas presentes na linguagem cotidiana nos ajudam a entender as metáforas existentes na fala deste grupo.

Cabe lembrar que, para os membros da comunidade pesquisada e das outras comunidades, existe uma associação entre rosca e os membros da comunidade de Dourados, assim como também a expressão “dourado” tornou-se uma designação genérica para as pessoas da região do rio Dourados e adjacências.

Daí, podemos fazer o seguinte esquema para representar o processo de projeção de imagens:



No domínio de origem temos rosca como referente para a projeção do domínio alvo “dourado”, quando um *blending* é criado, levando à interpretação de que na relação entre a quitanda preferida pelos membros do grupo e o próprio membro do grupo há uma metonímia, decorrente de uma associação entre comida e pessoas, provocando uma interpretação possível em nosso sistema conceptual. Assim, gostar de rosca equivale a ser dourado, que por sua vez é também resultado de um processo metonímico. Nesse caso, numa relação de contigüidade, o nome do lugar é associado às pessoas ali nascidas e pode ser estabelecida nesses termos:



No domínio de origem tem-se “dourado” como referente para os membros da comunidade, numa relação metonímica, similar à relação “rosca/dourado”. Então, o Rio Dourados empresta o nome a quem nasce na região próxima a ele e torna-se um lugar-referência e, assim, mais do que se constituir em uma figura, a metonímia cria símbolos. “Gostar de rosca” passa a ser identificador das pessoas oriundas da Região do Rio Dourados, que também funciona como identificador do grupo de pessoas daí provenientes. Nesse sentido, outras relações metonímicas podem ser acrescentadas: “ser dourado” = “ser bobo”, e ainda, “ser dourado” = “a ser esperto”.

Identificamos essa correlação como uma mesclagem cognitiva que ocorre quando processos mentais envolvem relações conceptuais entre, pelo menos, dois domínios distintos. Assim, eles são ativados e suprem a escassez dos significantes com informações neles arquivadas. Por isso, muitas

vezes, tal qual apresentam esses exemplos, a partir de um único termo, experiências de diferentes naturezas, ativadas na memória, vêm compor o significado das construções lingüísticas que são realizadas cotidianamente, não só por esse grupo, mas por todos os falantes de língua portuguesa e de outras línguas.

Essas relações, que podem soar contraditórias, fora de um contexto, são compreendidas no universo cultural desse grupo, pois quem as conhece separa essas duas características.

A conotação de “bobo” é atribuída àqueles membros com problemas mentais em consequência dos casamentos consangüíneos, comuns entre o grupo. Por outro lado, a conotação de “esperto” é atribuída ao fato de os membros do grupo dos Dourados serem negociantes natos e talentosos. E, reportando-nos à opinião de membros de outras comunidades, “o que eles não podem ser classificados é como bobos, pois em tudo que fazem levam vantagem”.

Referências

ABREU, A.S. Progressos da lingüística cognitiva e níveis de análise lingüística. **Alfa**. São Paulo, V. 47, n. 2, pp. 9-19, 2003.

_____. **Curso de Redação**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2004.

ARISTÓTELES. **Retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1959.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FAUCONNIER, G. **Mental spaces aspects of meaning construction in natural language**. Cambridge: University Press, 1998.

FAUCONNIER, G. **The Way We Think: Conceptual Blending and The Mind's Hidden Complexities**, Cambridge University Press, 2002.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado das Letras, São Paulo: EDUC, 2002.

RICOUER, P. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SAUSSURE, F. **Cours de linguistique générale**. Édition critique par T. de Mauro. Paris: Payot, 1979.

TURNER, M. **The literary mind**. New York: Oxford University Press, 1996.

